

RAÇA E GÊNERO NA FORMAÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA

Sheila Abadia Rocha Carvalho¹

Tatiane Cosentino Rodrigues²

A motivação para refletir sobre este tema foi provocada por algumas leituras realizadas nos últimos tempos que sugerem como uma agenda de pesquisa que precisa ser expandida e aprofundada a necessidade de compreendermos a articulação e a indissociabilidade entre raça, gênero e sexualidade.

A presença de palavras como articulação e intersecção revelam a tentativa de compreender a relação entre essas categorias não mais como sobreposição, como somatória de marcas ou hierarquias de opressão, mas sim a articulação e a confluência em que se constroem.

Só essa leitura articulada torna possível a criação de estratégias políticas e de mobilização mais eficazes capazes de centrar-se nas inter-relações das várias formas de diferenciação social, mas sem necessariamente derivar todas elas de uma só instância determinante.

Avtar Brah (2006) também chama a atenção para este fato ao afirmar que as discussões sobre o feminismo e o racismo muitas vezes se centram na opressão das mulheres negras e não exploram como o gênero tanto das mulheres negras como das brancas é constituído através da classe e do racismo (Brah, 2006, p. 351). Em oposição à tendência de considerar o racismo como “algo que tem a ver com a presença de pessoas negras” Brah salienta que tanto negros como brancos experimentam seu gênero, classe e sexualidade através da raça. A racialização da subjetividade branca não é muitas vezes manifestamente clara para os grupos brancos, porque branco é signifiante de dominância, mas isso não torna o processo de racialização menos significativo (Brah, 2006, p. 345).

Nesse sentido, as idéias de articulação e intersecção sugerem relações de conexão que segundo Brah devem ser construídas como relações historicamente contingentes e específicas a determinado contexto, daí a possibilidade de focalizar um dado contexto e diferenciar entre a demarcação de uma categoria como objeto de discurso social, como categoria analítica e como tema de mobilização política.

Verena Stolke (2006) dedicou-se a este exercício ao analisar as intersecções dinâmicas que se desenvolveram no império colonial espanhol entre relações de gênero, raça e concepções de sexualidade.

Ao analisar um contexto em que a pureza de sangue era tida como o critério fundamental, que justificava medidas de segregação racial e social Stolke mostra como esse sistema de classificação e identificação social marcou as relações de gênero e a experiência das mulheres, pois intensificou-se as preocupações com o

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – UFSCar.

² Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação – UFSCar.

casamento, com a legitimidade e consequentemente com o controle sobre os corpos das mulheres.

O confinamento doméstico das mulheres e sua subordinação eram conseqüências de sua centralidade reprodutiva. E isso era assim porque, como bem observou um jurista espanhol do século XIX, só as mulheres poderiam introduzir bastardos no casamento. Entendia-se o bastardo como uma criança ilegítima nascida de uma relação sexual ilícita entre parceiros que, de acordo com as normas sociais, não poderiam se misturar, como por exemplo, pessoas de origem africana/escrava e pessoas de origem europeia/livre (Stolke, 2006, p. 39).

A partir do trabalho de Stolke e respeitando as especificidades do contexto histórico analisado pela autora é possível pensar no caso brasileiro já que semelhante ao que aconteceu na América Espanhola, no Brasil a mulher e as relações de gênero serão centrais na definição de um ideário nacional e consequentemente do futuro racial do país.

As discussões suscitadas no momento de formação da nação e definição de uma identidade nacional para o Brasil oferecem de forma singular a possibilidade de análise da intersecção entre raça, gênero e sexualidade, bem como a articulação com outras formas de relações sociais num contexto histórico determinado.

Para tanto tomaremos para análise duas obras literárias – *O Cortiço* (1890) de Aluísio de Azevedo e *Gabriela, Cravo e Canela* (1958) de Jorge Amado. Os romances ilustram dois momentos distintos de discussão teórica, política e ideológica da recente história social brasileira, que são fundamentalmente atravessados pelas preocupações com raça, gênero, sexualidade e nação.

O cenário de *O Cortiço* é marcado pelas preocupações com a eugenia, a criminologia, a degeneração e o controle social. Em *Gabriela, Cravo e Canela* o que se evidencia são as discussões sobre identidade nacional, mestiçagem e a criação de símbolos nacionais, como por exemplo, o samba, carnaval e a mulata.

Da supremacia branca à democracia racial

O fim oficial do processo de escravização em 1888 e o advento da República em 1889 foram os dois principais acontecimentos do final do século XIX que impulsionaram os brasileiros para o desafio de construir uma nação e uma identidade nacional incluindo os ex-escravizados negros.

Com esse intuito, a discussão sobre as relações raciais no Brasil passou a ser o eixo do grande debate nacional, assim como a preocupação com o seu efeito no desenvolvimento futuro do Brasil. Preocupação advinda das teorias racistas, que na época pautavam a herança e o legado inferior do negro no processo de formação da identidade étnico-racial brasileira.

A preocupação em definir uma única identidade étnico-racial para o país mobilizou médicos, juristas, políticos, escritores, jornalistas, enfim toda uma *intelligentsia* brasileira que reagiu às transformações que desestabilizavam as antigas relações hierárquicas.

A ausência de um consenso sobre como caracterizar a população mestiça oscilou entre considerá-la como constituída por seres inteiramente inferiores e degenerados ou, de forma oposta, seres capazes de manifestações superiores.

A especificidade brasileira, ou seja, a impossibilidade de reversão do quadro de miscigenação e a rejeição às idéias mais radicais de regulação na reprodução devido à tradição católica resultaram no desenvolvimento de um pensamento eugênico próprio que Stepan caracteriza como mais flexível e informado por uma concepção lamarckiana da genética, na qual a hereditariedade se daria por fatores externos e internos, isto é, o meio seria responsável por alterações genéticas. Daí a ênfase na relação entre eugenia e políticas públicas (Stepan, 2005).

Assim, a difusão e confiabilidade nas previsões racistas de inferioridade do negro e do “mulato” predominaram e elegeram a miscigenação como possibilidade de suplantar essa inferioridade. Segundo Dain Borges, a *intelligentsia* nacional preferiu “afirmar que a mistura racial teria um efeito positivo ou branqueador na raça nacional” (Borges, 2005, p. 39).

A maior preocupação incidia sobre a hereditariedade humana e suas influências benéficas ou maléficas sobre a nação. Como consequência surgiram diversas propostas de controle e higienização da população, inspiradas na criminologia e eugenia. Os comportamentos que desviavam da norma burguesa eram o foco.

A mulher exercia um papel fundamental nesse contexto – era nela que as categorias gênero, raça e nacionalismo se fundiam. Um dos principais controles eugênicos consistia no controle dos casamentos, pois através da reprodução humana é que as modificações sobre a herança genética aconteciam. O pensamento da nação como um fator biológico levou a direcionar a atenção para a “purificação” da população. A mulher em seu papel reprodutor, era a ponte entre o projeto e a materialização dessa nação, pois foi exercido um controle maior, para que sua prole e seu útero não fossem “sujados”, mesclando-se com homens de outras raças consideradas inferiores (Castañeda, 2003).

Contradições de uma sociedade que deslegitimava a mestiçagem como potencialmente degenerativa, mas que paulatinamente vê nela o caminho para o “branqueamento”.

A partir das obras literárias, é possível examinar como se metaforizou culturalmente a construção da mulata como a mulher brasileira típica ou, ao menos, como a portadora privilegiada de sexualidade exacerbada. Dessa forma, cria-se uma geografia cultural que segundo Ella Shohat (2004), a categoria raça como marcador biológico se confunde com etnia e nacionalidade, como sintomas de filiação geográfica, social e cultural, que dessa forma, se relaciona com representações sociais de corpo, gênero e sexualidade.

Um outro ponto de análise é possível de ser verificado – a criação de um estigma racial. Se entendermos o processo de estigmatização como uma micro-política técnica do corpo, que reproduz, distribui e consome marcas, cores, gostos, gestos, etc, podemos ver mais uma vez a mulata como uma lacuna entre as relações raciais. O corpo negro torna-se o lócus da subordinação ou da exclusão, que por meio da miscigenação pluralizou a presença ou ausência de características negras

(Sales Jr., 2006). O estigma cria aqui uma demarcação corporal de relações sociais desiguais, resultantes da reificação de processos de hierarquização/subordinação social, ou ainda salienta o que é socialmente rejeitado. Em suma, conforme demonstra Fanon, *“por mais dolorosa que seja esta constatação, somos obrigados a fazê-la. Para o Negro há apenas um destino. E ele é branco”* (Fanon, 1983, p. 12).

A grande maioria dos escritores brasileiros retrataram a mulata sempre dentro do mesmo quadro de referências e, a partir desta estereotipia literária, verificamos que permanece o registro da mulata como uma mulher degradada em um ambiente sexualizado, marginal e desvantajoso socialmente. Como descreve Mariza Corrêa, *“(..)seria preciso o talento de Leví-Strauss para o inventário de cheiros, gostos e cores evocados nas frases nas quais a mulata é sujeito.”* (Corrêa, 1996, p. 36). Em geral, lhe são atribuídas qualidades tais como: bons sentimentos e solidariedade humana, gosto pela vida, alegria, beleza, vigor físico, graça, senso estético, habilidades domésticas/culinárias, higiene pessoal e uma facilidade à musicalidade/canto/dança; já os seus defeitos recorrentes são sensualidade, amoralismo, infidelidade, um comportamento instintivo, arrebatador, pouco domesticado e cheio de ardor e irresponsabilidade, principalmente com os seus trabalhos já que não resiste a uma “pândega”

A preocupação da literatura naturalista em realizar o retrato da realidade nacional, encontrou no discurso médico dessa época o vocabulário necessário. Ainda segundo Micael Herschmann, a análise dos discursos dos intelectuais-cientistas “permite-nos repensar como foram construídas e veiculadas problemáticas obrigatórias como nação, identidade nacional, raça e sexualidade” (Herschmann, 1996, p.14-5). Houve um estímulo geral dos escritores naturalistas em dar testemunho, interpretando a constituição da sociedade brasileira através da “aparição” social de identidades outras como o mestiço, a/o mulata/o.

Sendo assim as personagens mulatas e mestiças são entendidas a partir da racialização do gênero. Nas obras literárias naturalistas o seu lugar cativo foi aquele da amoralidade e da promiscuidade herdadas das senzalas. Ocorreu neste caso que a inevitabilidade do meio e da biologia impediu uma leitura diferenciada da sociedade brasileira, que confluiu em hierarquias de gênero e de raça, produtoras de associações diretas entre cor escura e sexualização. Este processo de racialização do gênero feminino aloca a mulata fora do espaço higienizado do casamento. Eram mulheres bonitas, mas estigmatizadas devido ao seu fenótipo, marcador físico da herança genética indesejável. Expõe-se assim esta forma particular de racialização e sexualização centrada na cor da pele e que mantém como modelar os traços culturalmente associados à branquitude.

As transformações históricas pelas quais passaram a sociedade brasileira levaram a novos critérios para a interpretação das relações interétnicas, mas estes não modificaram a representação social da mulata, apenas a adaptaram a novos períodos com um sinal negativo ou positivo.

Por exemplo, n’*O Cortiço*, Aluísio Azevedo apresentava na personagem Rita Baiana a sensualidade animalizada, tropical, que um trabalhador português encontra em terras brasileiras. O autor utiliza a sinestesia como figura de linguagem para melhor

descrever as sensações provocadas pelos gostos, cheiros e imagens emanados pela mulata. Ao exibir o seu “requebrado luxurioso” e “movimentos de cobra amaldiçoada”, Azevedo sexualiza a personagem que envolve o português Jerônimo. O europeu se entorpece com a mulata, a qual o enfeitiça e o torna brasileiro. Ao invés de se casarem, eles se amasiam. Na história, isto é apresentado como uma “escolha” de Rita, pois, segundo ela, o marido *escraviza* sua esposa e ela não precisava do casamento para ser feliz com um homem.

A visão de Azevedo sobre Rita Baiana segue os códigos morais da época que viam no povo um perigo de desordem sexual. A produção literária naturalista reforçou essa imagem amoral da mulata e da negra em contraposição ao modelo feminino burguês. A negra ligada a serviços nada refinados, o mulato que encontra ascensão social (não via casamento, mas sim decorrente ao seu trabalho/estudo) ou ainda a mulata que desencaminha o homem branco são figuras da obra de Azevedo que revelam o incômodo e as preocupações da sociedade brasileira de fins do século XIX. Temores que associavam raça (negra) e gênero (feminino) como categorias problemáticas para a formação da nação (Stepan, 2005).

Vemos aqui a criação, segundo Laura Moutinho, de um “*duplo registro: em um eixo, o 'desejo desejável'; e em outro, o 'indesejável'*” (Moutinho, 2004). De um lado, a construção da moral em torno da importância do matrimônio, dentro dos padrões eqüitativos de cor, classe e entre outros critérios - relação com um desejo socialmente 'desejável' - e uma outra, subscrita na ordem do desejo e sexualidade, sem um comprometimento moral e passando por situações de domínio - relação com um desejo socialmente 'indesejável', reiterando o “encontro libidinoso” entre o homem branco e a mulata, estereotipada e sexualizada.

A relação entre João Romão, dono do cortiço e Bertoleza, uma escrava fugida, estabelece outro ponto importante para ser analisado. Com o trabalho incansável e pequenos furtos de ambos, Bertoleza representa aqui “*um tríplice papel de caixeiro, criada e amante*”, selando, segundo as palavras de Moutinho, “*um negócio afetivo-sexual*” (Moutinho, 2004, p. 114).

A partir do momento que João Romão se estabelece e começa a aspirar melhorias em sua vida, ele percebe que a sua relação com Bertoleza seria um impasse frente às suas expectativas sociais. Ele passa a almejar um casamento por interesse para elevar seu status social. Bertoleza, por sua vez, percebeu as mudanças de seu “amigo”, o afastamento e desinteresse gradual, mas não possuía ânimo para reclamar, pois “*envergonhada de si própria, amaldiçoando-se por ser quem era, triste de sentir-se a mancha negra, a indecorosa nódoa daquela prosperidade brilhante e clara*” (Azevedo, 1974).

Percebe-se claramente no caso Romão-Bertoleza o que Mariza Corrêa aponta como a rejeição a mulher negra/preta que, dentro das relações hierárquicas de gênero e raça, faz da mulher negra a menos desejável e aceitável socialmente. João Romão rejeita Bertoleza, aquela “mancha negra” em sua vida, e tenta livrar-se dela entregando-a ao filho de seu antigo senhor. Em um desfecho trágico, ela termina por se matar diante de todos, rasgando de lado a lado o seu útero aparentemente infértil, pois no decorrer do livro não há menção de uma possível gravidez.

Fica nítida a relação entre aceitação social e raça que cada personagem exemplifica. Bertoleza, uma cabocla, negra retinta, fica na esfera da servidão/escravidão ao seu homem, onde o amasiamento acontece posteriormente à união de interesses. Rita Baiana, uma mulata, enfeitiça o português, o "torna brasileiro" e se amasia com ele evitando um casamento formal. Existe ainda a diferença quanto à classificação que poderia ser realizada quanto à sexualização das personagens. Rita Baiana é a própria encarnação da lubricidade e sensualidade. Bertoleza é uma personagem nada sexualizada, pois quando é descrita não se configura como uma negra desejável, antes abjeta.

Passado mais de meio século, podemos reencontrar as características que analisamos sobre a mulata em outro romance. *Gabriela, Cravo e Canela* (1958) conta a história de "amor" entre a mulata Gabriela e o "árabe" Nacib, em uma Ilhéus do ano de 1925, sacudida por um crime passionai e uma disputa política. O desenvolvimento do enredo e os caminhos que Gabriela percorre através do livro servem para "*desmascarar uma moral onde são proclamadas intolerâncias*" (Queiroz Jr., 1982, p. 115), principalmente em relação ao regime paternalista, o mandonismo e o machismo. A questão racial "perde" a importância, já que durante a obra, percebe-se que a este fato não é dado o mesmo foco como n'O Cortiço.

Aqui, Gabriela materializa a "mulata como a tal". Após as teorias, principalmente de Gilberto Freyre, pós 1930, a percepção sobre raça e nação se alterou e possibilitou a valorização de características raciais que antes eram condenadas pelo *status quo* científico. A busca por ícones, a construção de símbolos nacionais trouxe a visibilidade e legitimidade de atributos "típicos brasileiros", mas, quando tratamos da imagem feminina dentro desse contexto, esbarramos com permanências.

Ao mesmo tempo, ocorreu a absorção, principalmente pelo Estado Novo e suas políticas de reconstrução da nação, de teorias que permitiram a reavaliação do "sujeito brasileiro", em que a democracia racial produziu outros mecanismos de estigmatização racial. O grupo dominante, ao se utilizar desses mecanismos readequa o status social por meio de uma atividade formativa e cultural. Segundo Guimarães, entender a democracia racial possibilita estudá-la não apenas como mito, uma construção cultural, mas também como compromisso político (Guimarães, 2006, p. 270).

Nacib, dono de um dos principais bares da cidade, fica sem cozinheira e contrata Gabriela como 'cozinheira e serviços domésticos'. A sinestesia volta mais uma vez para expressar o 'encanto' que Gabriela exerce sobre o sírio pois "*um rasgão na saia mostrava um pedaço da coxa cor de canela*", e o "*perfume de cravo*." que fica por onde ela passa. Ele não resiste à mulata e a "parceria cama e mesa" é estabelecida entre os dois. Gabriela se mostra eficiente como cozinheira e suas visitas no bar "*acendem os negócios*", pois muitos iam ao bar na esperança de ver e assediar a mulata, que passava sorrindo por todos.

A situação estava socialmente resolvida, mas em um relacionamento formal Gabriela perdia gradualmente o viço e o componente lascivo que unia o casal. Nesta parte do romance, é exposto um ingrediente já levantado em um outro momento: o autor parece sugerir que o casamento reserva o local da deserotização, onde a

relação sexual entre os cônjuges se apresenta de forma mais responsável e voltada à reprodução. Gabriela não engravida, como nenhuma das outras personagens negras na literatura até então, mas perde cada vez mais “*o morrer e nascer*”, demonstrando que uma relação formal entre uma mulata e um homem branco poderia quebrar a espontaneidade lúbrica que se associava à informalidade. Gayle Rubin expõe um elemento que pode ser importante na depreensão desse fato – a *negatividade do sexo* – presente na cultura ocidental, considerado uma força perigosa, destrutiva e negativa. Segundo a autora: “*boa parte da tradição cristã, seguindo São Paulo, sustenta que o sexo é em essência pecaminoso. Ele pode ser redimido se praticado no casamento para a procriação e se não der uma atenção muito grande ao aspecto do prazer*” (Rubin, 2003).

Apesar da possibilidade de transgressão que Gabriela pode oferecer em seu relacionamento, ela tem que incorporar novos comportamentos e costumes sociais femininos por ser agora a *senhora Saad*. No entanto a mesma mulher que dignifica pode levar à destruição. No caso, Gabriela acaba “destruindo” Nacib, ao cometer adultério com o seu padrinho de casamento. Mais uma vez, temos um exemplo do “poder destrutivo” que uma mulher *degenerada-nata* pode realizar. Essa relação se potencializa quando cruzamos com o fato da personagem ser uma mulata. Ela não ocupa o lugar de uma *mulher honesta*, segundo a classificação lombrosiana, seu comportamento sexual liberal é completamente contrário com o aspecto exclusivo reservado ao feminino – maternidade e vida privada (Rago, 2005, p. 97).

Apesar de todas as mudanças que o romance apresenta em relação à forma tradicional de casamento aceitável e de valorização da honra viril, mantém a personagem mulata como naturalmente libidinosa, na qual repousaria uma marca da sociedade brasileira, qual seja, uma “vocalização para um encontro racial-sexual” que nos criou como nação mestiça. Os adjetivos carregados na sexualização, a situação social subalterna, a ocupação ligada à prestação dos serviços pior remunerados reproduzem a situação social concreta da grande parte da população negra, congelada num estereótipo de mulher negra, como se a frase “*O Brasil é um inferno para os negros, um purgatório para os brancos e um paraíso para os mulatos*” descrito por Roberto DaMatta realmente refletisse a realidade em que viveram (e vivem) as mulheres negras brasileiras.

Sobre a miscigenação, é válido ressaltar que não é qualquer mistura que produz uma boa relação entre raças ou que beneficia a nação. Essa mistura tem que reproduzir o molde construído dentro da casa-grande e senzala, que tem como identidades centrais o homem branco e a mulata. O que é contraditório em princípio é que a imagem da mulata representa também um perigo para a família quanto à própria sociedade, mas ao afastá-la da ordem formal de uniões, esse problema se equilibra, pois ao assumir uma relação não formal, ela continua subscrita em um jogo hegemônico de representações de gênero e raça. Ela não ascenderá socialmente e continuará imersa na clandestinidade de suas relações afetivo-sexuais. A purificação do sangue ocorre justamente em amasiamentos e concubinatos e não no casamento.

Dentro desta lógica, a idéia de uma “coisa de pele” extrapola as fronteiras do poético e ajuda a descortinar códigos culturais e processos sociais pautados na racialização das práticas e discursos sobre o feminino negro.

Referências Bibliográficas

AMADO, Jorge. Gabriela, Cravo e Canela. São Paulo, Ed. Record, 1981.

ANDALUZÁ, Gloria. La a conciencia de la mestiza/Rumo a uma nova consciência. In: Estudos Feministas, Florianópolis, 13(3), setembro-dezembro/2005. p. 704-719

AZEVEDO, Aluísio. O Cortiço. São Paulo, Ed. Martins, 1974.

BORGES, Dain. “Inchado, feio, preguiçoso e inerte”: a degeneração no Pensamento Social Brasileiro, 1880-1940. In: *Teoria & Pesquisa. Dossiê Normalidade, Desvio, Diferenças*. São Carlos, Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2005.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. In: *Cadernos Pagu*. v. 26, 2006, pp. 329-376.

CASTAÑEDA, Luiza Aurélia. *Eugenia e Casamento*. In: *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, vol. 10(3): 901-930, set.-dez. 2003.

CORRÊA, Mariza. Sobre a invenção da mulata. In: *Cadernos Pagu* (6-7), Campinas, Unicamp, 1996, p. 35-50.

FANON, Frantz. *Pele negra máscaras brancas*. Rio de Janeiro, Ed. Fator, 1983.

FREYRE, GILBERTO. Casa Grande e Senzala. In: *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar, 2002.

HERSCHMANN, Micael. Entre a insalubridade e a ignorância. A construção do campo médico e do ideário moderno no Brasil. In: *Missionários do Progresso*. Rio de Janeiro, Editora Diadorim, 1996. p. 11-67.

MOUTINHO, Laura. *Razão, Cor e Desejo*. São Paulo, Editora Unesp, 2004.

QUEROZ JÚNIOR, Teófilo de. *Preconceito de Cor e a mulata na Literatura Brasileira*. Coleção Ensaios (19), São Paulo, Ed. Ática, 1982.

RAGO, Margareth. Amores Lícitos e Ilícitos na Modernidade Paulistana ou No Bordel de Madame Pomméry. In: *Teoria & Pesquisa. Dossiê Normalidade, Desvio, Diferenças*. São Carlos, Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2005.

RUBIN, Gayle. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. In: *Cadernos Pagu* (21), Campinas, 2003.

SALES Jr., Ronaldo. Democracia Racial: o não-dito racista. In: *Tempo Social*, São Paulo, USP, 2006, p. 229-258.

SHOHAT, Ella. Des-orientar Cleópatra: um Tropo Moderno de Identidade. In: *Cadernos Pagu* (23), Campinas, Unicamp, 2004. p.11-54.

SHOWALTER, Elaine. *Anarquia Sexual: Sexo e cultura no fin de siècle*. Rio de Janeiro, Editora Rocco, 1993.

STEPAN, Nancy Leys. *"A Hora da Eugenia": raça, gênero e nação na América Latina*. Coleção História e Saúde. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2005.

_____. Raça e Gênero: O Papel da Analogia na Ciência. In: HOLLANDA, H.B. *Tendências e Impasses: O Feminismo Como Crítica da Cultura*. Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 1994.

STOLKE, Verena. O enigma das interseções: classe, "raça", sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 14(1): 336, janeiro-abril/2006. p. 15-42.